

Carneiro dividiu o Congresso

Ao devolver para o executivo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tentando impedir a sua apreciação pelo Congresso, o senador Nélson Carneiro (PMDB) tornou-se o pivô de um acontecimento inédito na história do país. O Supremo, normalmente dedicado a resolver problemas entre o executivo e o legislativo, foi convidado a apitar uma disputa entre setores do próprio legislativo. De um lado, Carneiro e os parlamentares governistas, vitoriosos em plenário; de outro, a oposição, derrotada no Congresso e vitoriosa na justiça. Segundo o senador Afonso Arinos (PSDB), o embate interno tem uma explicação.

“Nelson errou ao abrir mão de uma prerrogativa constitucional do legislativo”, diz.

Os deputados responsáveis pela apelação ao Supremo vão mais adiante. “Carneiro sacrificou a autonomia do legislativo para atender a um pedido do presidente Collor, que apóia sua campanha no Rio”, denuncia o petista José Genoino. “A decisão do Supremo, no fundo, marca a desmoralização do senador, que deveria defender a Constituição a qualquer preço”, afirma o líder do PSDB na Câmara, Euclides Scalco. Pode-se encarar essas declarações como mera bravata de vencedores, mas Arinos, Genoino e Scalco não estão muito longe da verdade. Carneiro, de fato, entrou nos anais políticos como o parlamentar que dividiu o Congresso, levando-o a ter uma decisão regimental debatida na justiça.